

Breve descrição

A ação tem como objetivo enfrentar o estado de coisas inconstitucional das prisões brasileiras (ADPF 347) por meio da racionalização da ocupação das vagas prisionais. A iniciativa fomenta medidas inteligentes e proporcionais protagonizadas pelo Poder Judiciário, de acordo com parâmetros nacionais e internacionais, controlando a superlotação carcerária.



Entrega principal

Parâmetros e procedimentos para adequação entre a lotação e a capacidade no sistema prisional.



Ações previstas

- Implantação de Central de Vagas no sistema prisional
- Qualificação e parametrização dos serviços de alternativas penais e de monitoração eletrônica conforme diretrizes nacionais e internacionais para gestão das vagas prisionais
- Processos formativos e ações de disseminação e comunicação

ETAPAS

NACIONAL

- Elaboração de parâmetros nacionais do CNJ sobre Central de Vagas no sistema penal
- Incorporação de funcionalidades de gestão de vagas nos sistemas eletrônicos
- Elaboração e difusão de manual para implantação de Central de Vagas
- Formação nacional para magistrados e serventuários sobre gestão de vagas
- Difusão do Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas
- Elaboração de parâmetros internacionais e nacionais para a monitoração eletrônica de pessoas
- Qualificação dos serviços de monitoração eletrônica

ESTADUAL

- Levantamento de informações sobre a unidade da federação e articulação dos atores para implantação de projeto-piloto de Central de Vagas no sistema penal
- Mapeamento dos processos judiciais, da execução penal, do número e qualidade de vagas em unidades prisionais e de serviços de alternativas penais, monitoração eletrônica e para egressos
- Execução de projeto-piloto de Central de Vagas em três unidades da federação
- Monitoramento e avaliação dos projetos-piloto estaduais
- Aprovação do ato normativo estadual de regulamentação da Central de Vagas no sistema penal
- Articulação com o Poder Executivo para qualificação dos serviços de monitoração eletrônica
- Pactuação de atos normativos, fluxos e termos de cooperação para a política de monitoração eletrônica considerando o Sistema de Justiça e o Poder Executivo



FAZENDO JUSTIÇA

Conselho Nacional de Justiça

PROPORCIONALIDADE PENAL

Controle da Superlotação Carcerária

GESTÃO MINISTRO LUIZ FUX
2020 - 2022



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça acessando o código QR



FAZENDO JUSTIÇA



Produtos e Entregas

